



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11742 - Resumo Expandido - Trabalho - 15a Reunião da ANPEd – Sudeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 06 - Educação Popular

**PELO DIREITO À EDUCAÇÃO DE INFÂNCIAS DAS CLASSES POPULARES:
DIÁLOGOS E DESAFIOS EM TEMPOS DE (PÓS)PANDEMIA**

Nayara Alves Macedo - FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA UERJ

Carolina Silva de Alencar - FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA UERJ

**PELO DIREITO À EDUCAÇÃO DE INFÂNCIAS DAS CLASSES POPULARES: DIÁLOGOS E
DESAFIOS EM TEMPOS DE (PÓS)PANDEMIA**

A crise histórica vivida pela América Latina aprofundou-se com a pandemia da Covid-19, acentuando ainda mais a crise sanitária, social, política e econômica que estamos enfrentando. A revista *The Lancet* (2020), trouxe dados mostrando que a América Latina tem as maiores taxas de mortalidade por Covid no mundo, estimando que mais de 231 milhões de pessoas estejam na extrema pobreza, ao mesmo tempo em que o número de bilionários latino-americanos cresceu 40% durante a pandemia. Este cenário desolador revela um abismo social, refletindo a insuficiência da garantia do direito à Educação e da expansão de vulnerabilidades socioeconômicas às famílias e crianças das classes populares.

Pensar esse contexto abissal e os caminhos de estudo e pesquisa que perseguimos neste texto, somos provocadas a questionar: En una época como la nuestra, marcada por crecientes disparidades económicas y educativas, violación permanente de los derechos humanos [...] cómo puede la educación contribuir a Eanticipar otro mundo posible? (FREITAS; MENESES, p.860, 2021).

O que nos leva a refletir sobre o acolhimento das infâncias brasileiras na escola pública, por isso, trazemos o direito à Educação das infâncias atrelada à descolonização da dominação epistemológica que busca suprimir as diferentes formas de ser e saber das crianças (REDONDO, 2015). Infâncias e famílias marcadas pelas desigualdades que

circunscrevem nossos territórios, persistentes desigualdades que se entrecruzam, interseccionando sua classe social, etnia, gênero, raça e idade. Como acolher então, as infâncias e suas famílias, compreendendo a posição política, garantindo seus direitos e oferecendo possibilidades da sua presença criativa e interventora no mundo?

Em tempos de pós-pandemia, é necessário trazer à tona questões que já se colocavam antes do contexto pandêmico e que se agravaram principalmente na vida daqueles que historicamente e socialmente foram e infelizmente continuam sendo oprimidos pelo capitalismo e seus processos de colonialidade. Nossos estudos no campo das políticas públicas, buscam potencializar formas de resistência e recriações possíveis na luta pelo direito à Educação junto à crianças e famílias das classes populares, sobretudo, no atual contexto agravado pela pandemia da Covid-19, nos quais os laços societários vêm sofrendo tantas fissuras, especialmente nos territórios por nós investigados, escolas de Educação Infantil em periferias urbanas.

Partindo dessas questões, o presente trabalho resulta do diálogo de duas pesquisas, em andamento, que tem como objetivo interseccionar a Educação Popular e a Educação Infantil aprofundando seus estudos na ótica da decolonialidade. A intersecção entre esses campos nos possibilita complexificar a Educação das infâncias latino-americanas, em suas lutas por esse direito, além de problematizarmos categorias ainda pouco tematizadas no campo das infâncias, tais como classe social, gênero, raça e idade. O que pode recolocar a pedagogia das infâncias na busca por novos paradigmas emancipatórios, abrindo caminhos para outros modos de ser, de saber e de viver. Para tanto, torna-se fundamental (re)pensar as matrizes dos referenciais teóricos, epistêmicos e políticos nos quais produzimos os nossos estudos, pesquisas e sustentamos nossos fundamentos éticos e pedagógicos no vínculo entre teoria e prática.

Na busca de problematizar e provocar reflexões aos desafios enfrentados por crianças e famílias das classes populares no que diz respeito ao direito à Educação em tempos de pandemia de Covid-19, trabalhamos dentro dos pressupostos de uma pesquisa quali-quantitativa e do Estudo de Caso (STAKE, 2013). Do ponto de vista teórico e metodológico nossas pesquisas estão pautadas na *dúvida como método* (GARCIA, 2008). Assim, perseguimos em nossas investigações, diferentes procedimentos metodológicos como, entrevistas com famílias, coleta de dados de acesso das crianças às instituições públicas de Educação Infantil em municípios fluminenses, bem como a observação das dinâmicas de educação e cuidado de escolas e famílias das classes populares. No cotidiano escolar, vimos coletando e discutindo pistas, acontecimentos, micropolíticas (CERTEAU, 1994) que entre tantas questões reiteram como crianças e famílias, em meio às incertezas dos desafios acentuados pela pandemia, são autoras de epistemes potentes que explicitam outros modos de pensar e construir a vida em suas lutas pelo direito à educação pública.

Enquanto professoras-pesquisadoras (GARCIA, 2008), estamos atentas aos múltiplos discursos estruturados da precarização das condições materiais, objetivas e subjetivas nas

quais as diferentes infâncias e famílias das classes populares concretamente se realizam. Desse modo, continuamos resistindo aos projetos neoliberais de precarização da Educação, em especial, na Educação para a pequena infância fluminense. Portanto, nosso compromisso político, ético e epistêmico dialoga com os ensinamentos de Paulo Freire, em que o nosso maior desafio tem sido buscar novos horizontes em relação à Educação das classes populares. Freire não apenas se preocupou com os “oprimidos” de nossa história, mas também em conhecer e dialogar com os saberes e as culturas populares (FREIRE, 1987). Compreendemos ser cada vez mais estratégico, tanto política, quanto epistemicamente, conhecer e dialogar com processos educativos produzidos pelas forças vivas nos territórios, interrogando-as, aprendendo com elas na perspectiva do enfrentamento das desigualdades sociais.

A concretude das lutas e resistências das diferentes forças sociais pelo direito à Educação marca a busca da conquista de um direito recorrentemente negado. Nesta perspectiva, as reflexões trazidas neste texto, ainda em processo de aprofundamento, apontam para a necessidade de que crianças e famílias das classes populares sejam protagonistas de uma nova ordem educativa e social, mais justa e democrática. Visto que, “a educação do oprimido exige uma dinâmica própria, que lhe permite acesso à palavra negada” (STRECK, 2006, p. 4). Compreendemos ser urgente produzir estudos que coloquem em diálogo a Educação Popular e da Educação Infantil, revigorando nossos quefazeres em tempos de pós-pandemia e de transformações sociais profundas.

Palavras-chave: Educação Popular; Educação Infantil; Estudos decoloniais; Pós-pandemia

REFERÊNCIAS

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Teresópolis, RJ: Vozes, 1994.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Lucia Maria; MENESES, Maria Paula. Discurso, epistemologías del Sur y pedagogías decoloniales. *Gragoatá*, Niterói, v.26, n.56, p. 857-875, 2021.

GARCIA, Regina Leite (org.) *A formação da professora alfabetizadora: reflexões sobre a prática*. 5ª Edição. São Paulo, SP: Cortez, 2008.

REDONDO, Patrícia. *Infância(s) Latinoamericana(s), entre lo social y lo educativo*. *Espacios*

em blanco. Serie Indagaciones, vol. 25 nº1 ene/jun. 2015.

STAKE, Robert. *Pesquisa qualitativa/naturalista: problemas epistemológicos. Educação e Seleção*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 19-27, 2013. (1983 impresso).

STRECK, Danilo. A educação popular e a (re)construção do público. Há fogo sob as brasas? *Revista Brasileira de Educação*, 2006.

THE LANCET. *COVID-19 in Latin America: a humanitarian crisis*[Editorial]. Oxford, v. 396, n. 10261, p. 1463, nov. 2020. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(20\)32328-X/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)32328-X/fulltext). Acesso em: 4 dez. 2021